



X COLÓQUIO INTERNACIONAL

"Educação e Contemporaneidade"
22 a 24 de Setembro de 2016
São Cristóvão/SE - Brasil



ISSN: 1982-3657

EXCLUSÃO-INCLUSÃO ESCOLAR DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: TRAJETÓRIA PARADIGMÁTICA

SASTRIA DE PAULA RODRIGUES

ANGELA MACHADO TAVARES

EIXO: 4. EDUCAÇÃO E INCLUSÃO

RESUMO

Este artigo centra suas reflexões nos movimentos de exclusão-inclusão social de pessoas com deficiência, ressaltando a construção do processo de inclusão escolar com seus avanços e dificuldades. Procura-se manter, como eixo orientador, a trajetória histórica dos paradigmas que definiram a exclusão-inclusão ao longo dos tempos. Intenta-se que este trabalho responda, em parcela significativa, ao interesse cada vez maior da sociedade e de educadores acerca do tema, sempre inconcluso e instigante a novos estudos e diferentes problematizações. Trabalha-se com o pressuposto de que todos os seres humanos são diferentes e aprendem o mundo de forma diferente. Por isso, a humanidade está conclamada a promover, essencialmente por meio da educação, o caráter subjetivo do ser humano, condição que significa valorizar a diversidade de cada aluno e ressignificar a percepção do outro.

Palavras-chave: Exclusão-inclusão. Paradigma. Deficiência.

RESUMEN

Este artículo centra sus reflexiones en los movimientos de exclusión-inclusión social de personas con discapacidad, destacando la construcción del proceso de inclusión escolar con sus logros y dificultades. Se trata de mantener como eje rector la trayectoria histórica de los paradigmas que definen la exclusión-inclusión a lo largo del tiempo. Se pretende que este trabajo responda, en parte significativa, al creciente interés de la sociedad y los educadores sobre el tema, siempre inacabado y provocativo de nuevos estudios y diferentes problematizaciones. Se trabaja con la

hipótesis de que todos los seres humanos son diferentes y aprenden el mundo de manera diferente. Por lo tanto, la humanidad es llamada para promover, principalmente a través de la educación, la naturaleza subjetiva de los seres humanos, una condición que implica la valoración de la diversidad de cada estudiante y el replantear la percepción del otro.

Palabras-clave: Exclusión-inclusión. Paradigma. Discapacidades.

INTRODUÇÃO O ser humano, no decorrer dos tempos, viu-se às voltas com mudanças que o assombraram, desafiaram, surpreenderam, excluíram, incluíram. Foram movimentos inventivos que reconfiguraram a vida humana, tanto em relação a bens materiais quanto a conceitos, valores, comportamentos. Desse modo, esses movimentos transformativos estiveram/estão na dependência das diferentes visões de mundo, de ser humano, de sociedade e de valores preponderantes em cada tempo, produzindo valores e normas sociais, resultantes da ação histórica humana, deixando fortes marcas no contexto socioeducativo-cultural e oferecendo-lhe um conjunto de pressupostos que possuem certa plasticidade, permitindo constante movimento de transformação. A questão da deficiência tem sofrido mudanças através dos tempos. Na trajetória da humanidade, diferenças entre os seres humanos foram compreendidos de modo diferente, considerando-se os paradigmas sociocientíficos vigentes em cada época histórica. Isso revela que valores e normas não são perenes ao longo dos tempos. Neste artigo, se intenta refletir sobre a exclusão-inclusão, a partir do movimento paradigmático ocorrido no percurso da humanidade, chegando à contemporaneidade, a qual se caracteriza por intensas mudanças no modo de perceber o ser humano, a educação e a instituição escolar, ressaltando-se o processo de inclusão social e escolar da pessoa com deficiência. No contexto atual, a escola, portanto, entendida como território institucional significativo da cultura em que se insere, é, também, pressionada a acompanhar o paradigma que emerge, lidando com maior qualidade a diversidade do público que deve atender, incluindo os alunos com deficiência. **OS CONTEXTOS SOCIOEDUCATIVOS DA DEFICIÊNCIA** Constata-se a existência de novos tempos na/para a Educação Especial! Para chegar a essa realidade, todavia, a ciência e a educação percorreram longo e desafiador caminho. Essa trajetória foi marcada pela busca incessante de “padrões” de intervenção educativa capazes de promover a equidade entre os homens. Entretanto, tal modo de compreender o ser humano produziu e acentuou, muitas vezes, as diferenças, resultando na discriminação e exclusão. Nesse percurso, a educação, como processo de humanização do homem e de transformação social, assume importância inegável (GADOTTI, 1995). A seguir, intenta-se realizar breve retrospectiva histórica que destaca movimentos transformativos acerca da sociedade, do ser humano e da educação. Nas sociedades de cultura primitiva, predominava a prática do nomadismo. Os povos mudavam-se constantemente, a fim de buscar novas pastagens para o gado. Sobreviviam da caça e da pesca,

estando sujeitos às intempéries e aos animais selvagens. As pessoas que se mostravam incapazes de sobreviver por si mesmos às dificuldades, eram abandonadas em ambientes hostis. A esse respeito, Carvalho (2004, p. 21) esclarece:

Na antiguidade primitiva, a educação era voltada para o cotidiano, para a satisfação das necessidades. Era uma educação essencialmente prática, espontânea, calcada na imitação e na verbalização. Todos eram alunos e todos eram educadores: a educação era igual para todos. Na Antiguidade Clássica, em Esparta e Atenas, as crianças com deficiências física, sensorial eram consideradas subumanas, justificando, assim, sua eliminação e abandono. Rodrigues (2008, p.7) afirma:

Tal prática era coerente com os ideais atléticos, de beleza e classistas que serviam de base à organização sociocultural desses dois locais. Em Esparta, eram lançados do alto dos rochedos e em Atenas eram rejeitados e abandonados nas praças públicas ou nos campos. A contribuição do pensamento romano, na Antiguidade Clássica, também se mostrou significativa pela influência que exerceu nos pensadores modernos. As medidas adotadas, até então, quanto às pessoas com deficiências, eram de radical exclusão. Na Idade Média, essa cultura cedeu espaço à ideologia inspirada no Cristianismo, quando as pessoas com deficiências “ganham” alma e “[...] eliminá-las ou abandoná-las significava atentar contra os desígnios da divindade” (RODRIGUES, 2008, p. 8). Eram consideradas “filhos de Deus”. Nesse sentido, Rodrigues (2008, p. 8) explicita:

Todavia, a igualdade de *status* moral ou teológico não correspondia à igualdade civil e de direitos. A pessoa com deficiência mental passa a ser acolhida caritativamente em conventos ou igrejas, ou, quando a deficiência não era acentuada, sobrevivia na família, escapando à exposição. Apesar da mensagem de amor trazida pelo Cristianismo, a sociedade da Idade Média admitia a existência de homens escravos e a educação integral, que pretendia o desenvolvimento de todas as potencialidades humanas, destinava-se somente ao clero e à nobreza. No Renascimento, surgiu grande preocupação com o ser humano. Naquele contexto, foram buscadas explicações científicas acerca da situação dos “diferentes”, dos deficientes. Emergem teses que consideravam a deficiência como um problema médico, digno de tratamento e complacência (RODRIGUES, 2008). Na Idade

Moderna, ocorreu a ascensão da classe burguesa, que se opunha aos modelos socioeducativos vigentes. Conforme esclarece Carvalho (2004, p. 22), a Revolução Francesa,

[...] com todas as ideias de igualdade, liberdade e fraternidade, representou um marco para o período, denominado pelos historiadores, como Iluminismo. Caracterizou-se pelo apego dos pensadores à racionalidade e às lutas em favor das liberdades individuais contra o absolutismo do clero e da nobreza.

A teoria educacional, decorrente desses ideais, preconizava a pessoa concreta e independente, apta a pensar por si mesma e promover sua própria sobrevivência. Contudo, esses preceitos não foram universalizados, mantendo-se, em grande proporção, a escola discriminatória e excludente. Com o objetivo de permitir que a pessoa com deficiência, supostamente, experimentasse um ritmo normal de vida, surgiu a Educação Especial, “[...] munida de todo um aparato médico, psicopedagógico, tido como necessário para a detecção e a produção da diferença como objeto de estudo, de conhecimento e de intervenção” (TOMASINI, 1998, p. 122). O sujeito com deficiência, pois, passou a ser constituído pelo discurso médico-psicológico, ou seja, dirigido pelo modelo médico, tornando-se objeto das práticas presentes nas instituições especializadas. A esse respeito, Tomasini (1998, p. 122) afirma:

Marginalizados pela sociedade, esses indivíduos passam também a ser segregados nas instituições que se propõem a normalizá-los e integrá-los aos demais. Talvez possamos afirmar que, quanto mais especial for a educação especial, mais estará contribuindo para a segregação dos que se propõe a integrar.

A partir da segunda metade do Século XX, a Sociologia apresentou importantes contribuições para a área educacional, que passou a ser analisada em uma perspectiva crítica. Como consequência, verificou-se “[...] a assunção da atitude dialética que procura pontuar as macro e as micro relações de poder entre a escola e a sociedade” (CARVALHO, 2004, p. 25), permitindo o surgimento de um novo paradigma. **INCLUSÃO: O PARADIGMA DO SÉCULO XXI** A ciência e a sociedade vivem, atualmente, transformações sem precedentes. Na Pós-Modernidade, avanços científicos e

tecnológicos apresentam-se à humanidade de forma dramática e célere, construindo um mundo diferenciado em pouco tempo e fazendo parecer que o século anterior já se constitui em uma pré-história longínqua (SANTOS,1999). No cenário contemporâneo, são redefinidas questões políticas, econômicas, sociais, epistemológicas, assim como são recolocadas e ressignificadas a cultura e a educação. Isso provoca um contexto contraditório: por um lado, se convive com o acolhimento e a esperança; por outro lado, existem características de descrença, pessimismo, apego ao passado, injustiça, iniquidade, exclusão (GADOTTI, 2000). A esse respeito, Santos (1999, p. 6) afirma: "É esta a ambiguidade e a complexidade do tempo presente, um tempo de transição, assim como noutros períodos, difíceis de entender e de percorrer". Nesse cenário de contradições, busca a contemporaneidade, portanto, configurar um novo paradigma [1] sociocientífico-educacional. Trata-se do paradigma da inclusão. Considera-se que sua semente foi plantada pela *Disabled Peoples* Internacional, organização não-governamental criada por líderes com deficiência. Em seu livreto "Declaração de Princípios", em 1981, apresentou o conceito de equiparação de oportunidades, conforme registra Sassaki (2005, p. 2, *apud* DREDGER; ENNS, 1987, pp. 2-3):

[...] o processo mediante o qual os sistemas gerais da sociedade, tais como o meio físico, a habitação e o transporte, os serviços sociais e de saúde, as oportunidades de educação e de trabalho e a vida cultural e social, incluídas as instalações esportivas e de recreação, são feitos acessíveis para todos. Isto inclui a remoção de barreiras que impedem a plena participação das pessoas deficientes em todas estas áreas, permitindo-lhes assim alcançar uma qualidade de vida igual à de outras pessoas. Desde então, inúmeros documentos internacionais têm absorvido esse conceito, possibilitando a conscientização da sociedade acerca da inserção e da necessidade de modificações e adequações dos espaços, a fim de eliminar todo tipo de obstáculo que exclui o ser humano de seu meio físico e social. Nesse sentido, Beyer (2010, p. 15) aponta:

[...] é tempo de advertir as escolas especiais e a educação especial do risco de se constituírem em um equívoco ou erro histórico. A longa existência e a prática da segregação escolar estabeleceram a cultura e a consciência nas escolas especiais e nos próprios educadores especiais de que não se poderia

educar os alunos com deficiência em qualquer outro lugar a não ser nas escolas especiais. O equívoco das escolas especiais consiste na reivindicação do monopólio pedagógico com estes alunos, em que se defende a ideia de que a educação especial é o melhor ou o mais apropriado para eles. A contemporaneidade lança um novo olhar sobre a segregação da pessoa com deficiência e, assim, a sociedade é conclamada a incluir todas as pessoas, “[...] a partir do entendimento de que ela é que precisa ser capaz de atender às necessidades de seus membros” (SASSAKI, 2005, p. 2). E isso deve ocorrer no processo de inclusão, abandonando-se a ideia de que, para incluir, a pessoa com deficiência precisaria apresentar um pré-requisito, ou seja, chegar ao patamar de desempenho igual ao da pessoa considerada “normal”. Esta vem sendo a grande mudança no modo de entender a inclusão: reconhecer o direito à diferença. **O MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA** Vive a contemporaneidade um intenso movimento dirigido à educação inclusiva, compreendida esta como oportunidade educativa de qualidade para todos, sem qualquer tipo de discriminação ou impedimento. A educação inclusiva de pessoas com deficiências requer, primeiramente, a precisão de conceitos, dentre os quais se encontra o da deficiência. Amiralian e outros (2000, 98) consideram deficiência como

[...] perda ou anormalidade de estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, temporária ou permanente. Incluem-se nessas a ocorrência de uma anomalia, defeito ou perda de um membro, órgão, tecido ou qualquer outra estrutura do corpo, inclusive das funções mentais. Representa a exteriorização de um estado patológico, refletindo um distúrbio orgânico, uma perturbação no órgão.

Outro conceito fundamental refere-se à educação inclusiva, entendida por Stainback e Stainback (1999, p. 21) como “[...] a prática da inclusão de todos – independentemente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou cultural – em escolas e salas de aula provedoras, onde as necessidades desses alunos sejam satisfeitas”. Esses conceitos foram construídos no próprio processo de inclusão, a partir da década de 1980, colocando em discussão a relação integração-inclusão. Até então, o atendimento às necessidades escolares de pessoas com deficiência era cunhado pelo paradigma da segregação, ideário fortemente enraizado nas instituições escolares (FERREIRA; GUIMARÃES, 2003). A era da integração

(anos 50 a 80 do Século XX) privilegiou o Modelo Médico da Deficiência, cujo objetivo era o de adaptar a pessoa com deficiência às barreiras existentes no espaço físico imediato. Em consequência, as práticas de integração caracterizavam-se pelo provimento de técnicas à pessoa com deficiência e intervenções no espaço físico imediato dessa pessoa (SASSAKI, 2012). A era de inclusão (anos 90 do Século XX até os anos atuais) vem privilegiando o Modelo Social da Deficiência e tem, como objetivo, adequar a sociedade, eliminando todos os tipos de barreiras, aos direitos humanos básicos e às funcionalidades e necessidades das pessoas, com ou sem deficiência. Assim, o movimento da educação inclusiva propõe um profundo repensar da escola, a qual possa se transformar de escola da homogeneidade para escola das diferenças, da diversidade (JIMENEZ, 1997). Sasaki (2007, p. 1) considera a inclusão escolar como

[...] o processo de adequação da escola para que todos os alunos possam receber uma educação de qualidade, cada um a partir da realidade com que se chega à escola, independentemente da raça, etnia, gênero, situação socioeconômica, deficiências, etc. É a escola que deve ser capaz de acolher todo tipo de aluno e de lhe oferecer uma educação de qualidade, ou seja, respostas educativas compatíveis com as suas habilidades, necessidades e expectativas.

A inclusão educacional, desse modo, precisa ser percebida como uma responsabilidade da sociedade, em geral, e da comunidade escolar, de modo especial, o que requer a formação continuada de todos os sujeitos educativos e que “[...] resulte numa nova maneira de perceber e atuar com as diferenças de todos os alunos da classe” (MARTINS E OUTROS, 2006, p. 20). Essa preparação possibilitará a identificação das características especiais de seus alunos, bem como as potencialidades dos estudantes e, sobretudo, das próprias condições dos profissionais para ensinar o aluno com deficiência em um ambiente inclusivo. Esse movimento paradigmático transformativo tem sua trajetória marcada por diferentes etapas epistemológicas em torno da integração e da inclusão. Nessa trajetória, se busca a perspectiva que requer inúmeros esforços teóricos, técnicos, políticos, operacionais, a fim de que seja construída uma educação inclusiva capaz de abranger a amplitude das transformações que esse processo exige.

CONSIDERAÇÕES FINAIS A história tem evidenciado a busca constante da

humanidade por soluções aos problemas críticos que a atingem por meio da construção de paradigmas embasados, entre outros, nos princípios de justiça, de equidade, de respeito à diversidade do ser humano, garantindo-lhes direitos e melhor qualidade de vida. Percorrendo os marcantes momentos da história da humanidade, constata-se que o movimento da exclusão tem origem remota, associada sempre às concepções de homem e de mundo vigentes. Após extenso período de tempo de exclusão e de segregação social, emerge o paradigma da inclusão de pessoas com deficiência, permitindo a reflexão acerca dos problemas que as circundam e produzindo meios e condições para a melhoria de suas vidas. Constata-se, pois, que o mundo caminha para a construção de uma sociedade cada vez mais inclusiva. Os avanços são lentos, mas os sinais de inclusão mostram-se crescentes. Em relação à inclusão escolar, já é possível encontrar evidências, dentre outras, como: - transformação de escolas regulares em unidades inclusivas; - adequação dos sistemas escolares às necessidades dos alunos com deficiência: acessibilidade arquitetônica (eliminação de barreiras físicas); acessibilidade comunicacional (eliminação de barreiras de comunicação interpessoal com a utilização de língua de sinais, linguagem corporal e gestual); acessibilidade metodológica (adaptações curriculares, aulas baseadas nas inteligências múltiplas, reconceitualização de aprendizagem e avaliação); acessibilidade instrumental (utilização de tecnologias como recursos pedagógicos); acessibilidade programática (remoção de barreiras legais, políticas, institucionais); acessibilidade atitudinal (práticas de sensibilização e de conscientização das pessoas promotoras da convivência na diversidade). Essas e outras práticas devem ser fortalecidas e ampliadas nos espaços sociais e escolares, possibilitando a sistematização do processo de inclusão, marca indiscutível do século XXI.

REFERÊNCIAS AMIRALIAN, Maria Lucia Toledo Moraes e outros. Conceituando Deficiência. **Revista Saúde Pública**. São Paulo, v. 34, n. 1, fev. 2000. BEYER, Hugo Otto. **Inclusão social das pessoas com deficiência: utopia ou possibilidade?** São Paulo: Paulus, 2006. CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva: com os pontos nos "is"**. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2006. DRIDGER, D., ENNS, H. **Declaración sobre equipación de oportunidades**. Estocolmo:

Disabled Peoples Internacional, jan. 1987. GADOTTI, Moacir. **História das Ideias Pedagógicas**. São Paulo: Atlas, 1995. GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000. KHUN, Thomas. **As estruturas das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1994. JIMENEZ, Rafael Bautista. **Necessidades Educativas Especiais**. 2. ed. Lisboa: Dinalivro, 1997. MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos e outros. **Inclusão: compartilhando saberes**. Petrópolis: Vozes, 2006. RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin Rolim. Educação Especial: história, etiologia, conceitos e legislação vigente. In: CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho (org). **Práticas de Educação Especial e Inclusiva na Área da Deficiência Mental**. Bauru: MEC/FC/SEE, 2008. SANTOS, Boaventura de Souza. **Um discurso sobre as ciências**. 11. ed. Porto: Afrontamento, 1999. SASSAKI, Romeu. Inclusão: o paradigma do Século XXI. In: **Revista Inclusão**. MEC/SEESP, ano I, n. 1, out. 2005. SASSAKI, Romeu. O direito à Educação Inclusiva. In: **A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência Comentada**. Brasília: Corde, 2007. SASSAKI, Romeu. Políticas Públicas para Inclusão e Acessibilidade. **I Seminário Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação: ampliando os espaços de inclusão, acessibilidade e desenvolvimento social**. Pelotas: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense/câmpus Pelotas, 2012. STAINBACK, Susan; STAINBACK, Willian. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artmed, 1999. TOMASINI, Maria Elisabete Archer. Expatriação social e a segregação institucional da diferença: reflexões. In: BIANCHETTI, Lucídio; FREIRE, Ida Mara (orgs). **Um olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania**. Campinas: Papyrus, 1998.

[1] **Paradigma**: constelação de crenças, valores e técnicas compartilhados pelos membros de uma comunidade científica (KHUM, 1994).

* Sastria de Paula Rodrigues-Licenciada em Pedagogia. Especialista em Atendimento Educacional Especializado-AEE. Mestranda do PPGEdu – UNIPAMPA – Campus Jaguarão. E-mail: sastria@bol.com.br

. ** Angela Machado Tavares-Licenciada em Ciências: habilitação em Matemática e Física. Especialista em Educação Matemática e em Educação de Surdos. Mestranda do PPGEdu – UNIPAMPA – Campus Jaguarão. E-mail:

angella_tavares@yahoo.com

.br

.

Recebido em: 07/08/2016

Aprovado em: 09/08/2016

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Metodo de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: